

Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Universidade Federal da Bahia/CNPq

Este texto discute alguns problemas que caracterizam a história do português brasileiro. Parte da realidade sociolinguística da atualidade, com o objetivo de compreendê-la, identificando fatores sócio-históricos do passado que podem clarear a interpretação do presente.

This text discusses some problems that characterize Brazilian Portuguese history. It investigates the current sociolinguistic reality, aiming at an understanding of it, based on past socio-historical factors that may clarify the interpretation of the present.

Dedicatória

para meus Colegas do Setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA, desde 1973; para meus Alunos de agora e de outros tempos; principalmente para Pedro, companheiro, com quem partilho questões e questionamentos sobre a língua portuguesa e sobre o português brasileiro, há, pelo menos, 36 anos;

e
in memoriam: a **Serafim da Silva Neto**, que, na década de cinquenta, abriu novos caminhos para a compreensão histórica da "língua portuguesa no Brasil"; a **Celso Ferreira da Cunha**, que planejava, quando se aposentasse, escrever a história do "português do Brasil"; a **Fernando Tarallo**, que, na década de oitenta, reabriu caminhos renovados para a interpretação da sintaxe do "português brasileiro".

Epígrafes

.....

*Língua certa do povo
Porque êle é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lustrada*

(Manuel Bandeira, *Libertinagem* / Evocação do Recife)

.....

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,

.....

*Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.*

.....

O português são dois: o outro, mistério.
(Carlos Drummond de Andrade, *Boitempo* / Aula de português)

.....

*Gosto de sentir a minha língua roçar
a língua de Luís de Camões*

.....

*Flor do Lácio Sambódromo
Lusamérica latim em pó*
(Caetano Veloso, *Vêlo* / Língua)

Breve prólogo ou justificativa para a escolha do tema

Ao ter de escolher o tema desta *Conferência* para o Concurso de Professor Titular, matéria Língua Portuguesa, oscilei entre extremos: ou trataria do primeiro período documentado da língua portuguesa – o período arcaico, situável entre os inícios do século XIII e os meados do século XVI, ou trataria do português brasileiro. Ambos os temas com uma abordagem no campo teórico da Linguística Histórica e como objeto de observação a língua portuguesa, em consonância com a minha orientação de pesquisa, desde os meus inícios. A primeira possibilidade recobriria a minha paixão mais antiga de pesquisa, à qual continuo fiel, mas seria menos compartilhada, uma vez que, hoje, já não são muitos os que se motivam para esse remoto passado da língua portuguesa. A segunda possibilidade, a escolhida, venceu: não só por poder ser mais compartilhada – e essa questão do compartilhamento implica numa escolha mais desafiadora porque, não só especialistas estudiosos da língua portuguesa, mas muitos brasileiros interessados pela língua que usam, têm pontos de vista próprios, por vezes arraigados, sobre a questão. Embora não seja eu uma personalidade chegada a desafios, esse me parece prazeroso e estimulante. Venceu também porque, desde os inícios dos anos noventa, quando estruturamos, no Departamento de Letras Vernáculas deste Instituto de Letras, o grupo de pesquisa *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*, que tem como arco de tempo, nos seus objetivos, a Língua Portuguesa de suas origens ao século XVI, daí infletindo para a história do português brasileiro, um dos campos de pesquisa estabelecidos foi o do estudo de fontes para a história do português brasileiro, com vista a uma reconstrução do nosso passado linguístico. Somou-se a isso o interesse crescente pela história do português brasileiro, com o retorno dos estudos histórico-diacrónicos no Brasil, a partir dos anos oitenta, que, entre outros resultados, há hoje um *Projeto Nacional*, impulsionado e coordenado por Ataliba de Castilho, intitulado *Para a história do português brasileiro*. Nesse *Projeto*, iniciado em 1997, dentre várias equipes regionais formadas, ou em formação, está a equipe baiana do referido PROHPOR.

Pelas motivações expostas, venceu, na minha razão e no meu coração, o tema – *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados*, sobre o qual desenvolvi alguns pontos de vista que, de maneira dispersa, já tenho divulgado em publicações e nas salas de aula.

1 De onde parte o meu olhar no tratamento do tema escolhido

Sem dúvida, o objeto central da Linguística Histórica no seu sentido estrito, mais antigo e que perdura, é o estudo das mudanças por que passam as línguas ao longo do tempo. Em sentido lato, se pode considerar que são estudos históricos todos aqueles que tratam do funcionamento das línguas a partir de dados datados e localizados, como, desde 1968, demonstraram Uriel Weinreich, William Labov e Mervin Herzog, na obra já clássica da Linguística Contemporânea *Empirical foundations for a theory of language change* e, antes, Eugenio Coseriu, quando, no seu também clássico *Sincronia, diacronia e história* (1979), define como *históricos* os estudos linguísticos que tratam do funcionamento sincrônico e do constituir-se diacrônico das línguas.

Quando se faz Linguística Histórica, no seu sentido estrito, inevitavelmente, está-se sempre a comparar, explícita ou implicitamente, ou estágios sucessivos de línguas históricas geneticamente relacionadas ou não; ou estágios sucessivos de uma mesma língua histórica; ou variantes dialetais – geográficas, sociais de registro – de uma língua; ou, ainda, como na teoria da variação e mudança laboviana, com – se gerações convinentes de usuários de uma língua, utilizando-se o recurso do *tempo aparente*, em contraposição ao *tempo real*, da tradição da Linguística Histórica, desde que se estabeleceu ela no cenário dos estudos sobre a linguagem e as línguas humanas no século passado.

Neste texto trabalharei com a Linguística Histórica no seu sentido estrito, ou seja, o da mudança de uma língua no *tempo real de longa duração* e, por ele, perpassará a inevitável comparação do português brasileiro com o português europeu. Aliás, como bem destacou Celso Cunha no seu artigo de 1987 – *Em torno do conceito de brasileiroismo*:

Os estudos sobre o português no Brasil revelam por parte de seus autores uma permanente, senão exclusiva, preocupação com os fatos peculiares a nossa forma expressional, inferidos de um contraste com os vigentes no português europeu (p. 3)

A nossa história brasileira é muito recente e a consciência da *transplantação* do português europeu para o que veio a ser Brasil está presente por muitos lados, o que justifica essa constante referida por Celso Cunha nos estudos sobre o português brasileiro numa perspectiva histórica.

Neste texto, contudo, o que estará no meu horizonte comparativo não será apenas o português europeu, mas também as variantes do português brasileiro con-

viventes em nosso território nacional, variantes sobretudo sociais, como mais adiante se justificará.

Serão questões centrais, no tema escolhido, o que fez o português brasileiro diferente do europeu, em todos os níveis linguísticos, para usar a taxionomia estruturalista: na fonética/fonologia, na morfologia, na sintaxe, no léxico e o que, no interior do português brasileiro, fez suas variantes se distinguirem também nesses níveis linguísticos, sutil diversidade, que não impede a intercomunicação em português brasileiro em todo o território nacional, exceto, certamente, entre os povos indígenas – provavelmente poucos – que ainda permanecem linguisticamente isolados, monolíngües em suas línguas de origem, pelo menos nos recônditos da Amazônia.

Essas questões implicam, sem dúvida, o problema epistemológico, sempre discutido no âmbito da Linguística Histórica, de se é possível falar em *causas* do tipo *post hoc propter hoc* para disciplinas que tratam com objetos históricos. Não me deterei nesse problema, este não é um texto teórico sobre Linguística Histórica, mas julguei necessário tecer breves considerações sobre ele, para, em seguida, situar o meu modo de tratamento do tema selecionado.

No século XIX, quando dominaram as disciplinas históricas, a busca de *causas* para a mudança linguística se tornou uma questão central entre os linguistas historicistas da segunda metade daquele século. Consoante o quadro científico de seu tempo, buscaram, numa concepção mecanicista-newtoniana, as leis que regiam as mudanças linguísticas e se centravam nas *mudanças fônicas* ou *sonoras*. A busca da explicação das *leis fonéticas* ocupou muitos linguistas daquela época, como historicam todos os manuais sobre Linguística Histórica.

Depois do receso da Linguística Histórica, com o advento dos modelos da chamada Linguística Moderna, na esteira de Ferdinand de Saussure e de Leonard Bloomfield, centrados nas abstrações sistêmicas, fundadas em dados sincrônicos, a questão das explanações para as mudanças linguísticas no tempo só voltaram à cena com o retorno do interesse pelos estudos histórico-diacrônicos, sobretudo a partir do livro de Roger Lass de 1980 – *On explaining language change*, em que o autor é radical e pessimista quanto à possibilidade teórico-epistemológica de explicar, num quadro do tipo nomotético-dedutivo, as mudanças linguísticas e defende que a Linguística Histórica e, conseqüentemente, as mudanças linguísticas se inserem no quadro próprio às disciplinas históricas, que trabalham com uma *ars interpretandi*, uma arte de interpretação, distinta das explicações preditivas próprias às ciências não-humanas ou naturais.

Tal posição continua Roger Lass a defender, depois de mais de quinze anos de debate crítico à sua posição de 1980, como refere no seu recente e erudito livro de 1997 – *Historical linguistics and language change*, em que, no último capítulo (p. 325-90), reafirma que o *explanatory commitment* das ciências históricas é de natureza especial e diferente daquele das ciências naturais e destaca o psicanalista P. du Preez, que considera a sua especialidade como um caso do paradigma hermenêutico, tal como a História, e cita P. du Preez:

A explicação de qualquer evento real é uma longa narrativa sobre circunstâncias... não combina com o formato hipotético-dedutivo. Nesse sentido, é como a História, que também tem suas generalizações, é explanatória, e tenta descobrir a origem dos acontecimentos em circunstâncias, mas não pode ser preditiva (1997: 333, minha a tradução).

Para Roger Lass, na interpretação da história das línguas, ou seja, da mudança lingüística, como em qualquer disciplina histórica, por tratar de realidades humanas, embora as mudanças não se dêem de forma aleatória e generalizações possam ser feitas, sua direção é indeterminada, condicionada por fatores de múltipla natureza, tanto intralingüísticos como externos à língua.

Essa posição, contudo, não é consensual hoje. Basta que se leiam dois trabalhos também recentes, de David Lightfoot, um de 1993 publicado, em tradução, na Revista D.E.L.T.A. – *Uma ciência da História?*, tema que retorna ao finalizar seu livro deste ano – *The development of language. Acquisition, change and evolution*, em que admite a possibilidade de se fazerem predições, pelo menos algumas, na mudança das línguas. Claro que está ele em acordo com o modelo teórico que adota.

David Lightfoot, sem dúvida, é dos gerativistas que mais se têm dedicado a questões diacrônicas no âmbito da Lingüística de tradição chomskiana e, no quadro da teoria da ciência atual, não newtoniana-mecanicista, como no século XIX, admite que *áreas limitadas* (1992: 289) ou em *certos domínios* (1999: 264) é possível *fazerem-se predições* no que se refere às mudanças; são aquelas que designa de *mudanças necessárias*, que ocorrem em bloco ou em cadeia, destacando, contudo, que a “história da língua é certamente contingente e sujeita a acidentais de influência ambiental e a idiossincrasias” (1992: 228), sendo essas as mudanças devidas ao *acaso*, mudando assim as línguas para ele pela interação de fatores ocasionais e de fatores necessários (1992: 291). Fundamenta-se Lightfoot na aquisição da sintaxe pelas crianças, momento que considera crucial, na seleção de possibilidades diferentes na fixação de características lingüísticas – os parâmetros da teoria chomskiana atual – inter-relacionando, portanto, os ganhos já alcançados por teorias que tratam das construções sincrônicas de gramáticas no processo aquisicional com mudanças das línguas no tempo e define seu ponto de vista com clareza, por exemplo, na seguinte passagem:

Os historiadores da língua são como os historiadores em geral e os [biólogos] evolucionistas, no que se refere ao fato de tratarem com histórias contingentes e tentarem oferecer explicações. Não é uma má companhia estarmos com eles; mas quero sugerir, sem modéstia, que os historiadores das línguas são líderes e podem prover um modelo: nesse ponto, os historiadores da língua podem oferecer explicações mais cerradas do que é possível em outros campos. Podemos fazer predições em certos domínios (1999: 264, minha a tradução).

Como neste texto trato de “uma compreensão histórica do português brasileiro”, a própria formulação do título – “Uma compreensão” – já indica que outras foram, são e serão possíveis. Estarei, portanto, na linha da *ars interpretandi* de

Roger Lass (1980). Contudo, como, inevitavelmente, considerarei a sintaxe brasileira como ponto crucial da *diferença* em relação ao português europeu e no interior do português brasileiro, não posso deixar de considerar que, em *certos domínios* ou em *áreas limitadas*, nas designações de Lightfoot, seja possível admitir mudanças preditivas, como propõe esse autor, que, como visto, admite também as contingências ocasionais e o ambiente histórico, a par dos efeitos dos processos da teoria da aquisição que adota e que pressupõe os recursos biológicos da mente/cérebro dos seres humanos na aquisição de sua língua materna e a isso vincula a possibilidade de mudanças sistemáticas nas gramáticas dos indivíduos.

Para completar este item sobre o ponto de partida de meu olhar para o tratamento de uma compreensão histórica do português brasileiro na sua globalidade, que envolve a norma padrão, as normas cultas, as normas vernáculas, nas suas variantes sociais e regionais, deixo claro que a minha base factual ou empírica sincrônica parte de duas vias que, a meu ver, se intercomplementam: uma via é a de um saber fundado na experiência feita nas salas de aula de língua portuguesa nos Cursos de Letras, em que milito desde 1962, com uma interrupção, entre 1966 e 1970, retorno que, como mencionarei adiante, revelou uma nova realidade presente no uso do português entre esses estudantes. A outra via é a do saber acumulado da década de sessenta para cá no processo crescente de conhecimento da chamada realidade lingüística brasileira por várias orientações da Lingüística no Brasil.

Fundamentarei essa compreensão do português brasileiro, partindo de fatos e dados do presente para entrever o passado e interpretando fatores históricos do passado para interpretar o presente.

2 Do presente para entrever o passado

Tradicionalmente a Lingüística Histórica, desde o século XIX, parte do passado para o presente, seguindo, naturalmente, a linha do tempo. Contudo, com as orientações desenvolvidas pela teoria da variação e mudança laboviana, o *princípio uniformitário*, tomado de empréstimo às ciências geológicas, passou a desempenhar significativo papel para a compreensão do passado, a partir de fatos observáveis no presente. Iniciarei então, neste momento de desenvolvimento de meu tema, do presente, para, em seguida, deslocar-me para o passado, na tentativa de interpretar o heterogêneo português brasileiro de hoje numa perspectiva sócio-histórica.

Serafim da Silva Neto que, sem sombra de dúvida, reorientou, na direção da Dialetologia e Lingüística de seu tempo, os estudos sobre o que sempre designou de a *língua portuguesa no Brasil* – vejamos-se os títulos de seus principais trabalhos sobre o assunto: *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950) e *A língua portuguesa no Brasil: problemas* (1960) – sempre configurou o português no Brasil como se fosse uma realidade homogeneizável, idealizado como do-tado de “notável” unidade que, exceto “algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo” (1960: 25), identificava-se ao português da

Europa. Essa interpretação de Serafim da Silva Neto, precursor teórico também da Dialectologia brasileira, fundava-se em uma visão ideológica que buscava "enobrecer" e "desmisticizar" o português brasileiro, o que fica explícito na sua formulação de 1960 que já citei em outro trabalho (1993), mas que considero representativa do pensamento de Silva Neto sobre o tema:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulta dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela. (p. 21)

Ver-se-á adiante que os "todos os que puderam adquirir uma cultura escolar" foram muito poucos. Antes, porém, gostaria de mostrar que essa interpretação de Serafim da Silva Neto, forte na década de cinquenta/sessenta deste século, ainda é defendida, veja-se, como ilustração, a recente interpretação de Sívio Elia, de 1994, no *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, no verbete *Português do Brasil*.

A [língua] de maior prestígio era, sem contraste, a portuguesa. As línguas indígenas e africanas, por ágrafas, não tinham a Great Tradition, a que se refere Joshua Fishman. O português quinhentista conheceu o progresso da disciplina gramatical e, enobrecera-se nos versos lapidares de Luís de Camões. Fizera-se uma língua poderosa de uma nação poderosa. Nos contatos com a loquela imutável de indígenas e africanos, a sua hegemonia seria fatal. (1994: v. 6, 2: 572)

Serafim da Silva Neto, infelizmente de curta vida, não acompanhou o desenrolar do conhecimento e reconhecimento da *realidade linguística brasileira*, conhecido assim designado por ele e na direção do qual lutou na sua tão divulgada e, assim chamada, *cruzada dialectológica*. Sívio Elia faleceu recentemente, acompanhou o desenvolvimento da Dialectologia espacial e da Sociolinguística que, num *crescendo*, vem sendo realizado no Brasil. Ambos, contudo, partiam de uma equação, superada por um dos princípios da chamada Linguística Moderna, que poderia formular com simplicidade da seguinte forma: a língua é a 'língua' padrão. Fundados nisso, desenvolveram e defenderam as suas interpretações sobre o caráter lusitanizante do português brasileiro, posição "lusitanófila", para usar a expressão colocada pelo pranteado Antônio Houaiss (1985).

Observando e interpretando a realidade do português brasileiro por outra ótica, pode-se mostrar que ela não é homogênea, mas heterogênea, plural e polarizada, se se considerar o todo do português brasileiro e não apenas a idealizada norma padrão e interpretar essa realidade numa compreensão histórica que considere, simetricamente, do ponto de vista linguístico, as línguas que entraram aqui em contato com a língua portuguesa no período colonial, através de seus falantes e não como "a língua adulterada dos negros e índios" ou como "a loquela inumerável de indígenas e africanas", ótica que também avale, objetivamente, o fator escolarização na história da sociedade no Brasil. Buscarei tratar disso no item seguinte; entretanto, há que esboçar o português brasileiro no presente, a fim de entrever o passado para, em seguida, interpretar o passado para tentar melhor compreender o presente.

Como referi antes, a minha base factual ou empírica, para uma compreensão do português brasileiro na sua sincronia atual, parte de duas vias: uma, a de minha longa experiência de professora de língua portuguesa e a outra, a do conhecimento acumulado, a partir dos anos sessenta, sobre a designada realidade linguística brasileira, desvelando-se pela Linguística que tem como objeto de estudo o português brasileiro.

Desde 1983 comecei a escrever sobre uma questão que considero basilar no ensino de língua portuguesa no Brasil. Então, num texto intitulado *Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil* (1985), apresentado em uma mesa-redonda sobre o ensino do português como língua materna no grande congresso — *A situação atual da língua portuguesa no mundo*, realizado em Lisboa, concebido e presidido por Luis Felipe Lindley e Cintra, argumento que subjaz a esse ensino uma questão geral de política social e de política linguística. Naquela altura, tempos de abertura política pós-64, começaram a ser discutidos, publicamente, problemas vários da sociedade brasileira e um deles era formulado como a incapacidade dos jovens estudantes brasileiros no uso da língua portuguesa. A minha argumentação de então e que prosseguiu em várias publicações subsequentes, concentrada, dez anos depois, em um livro — *Contradições no ensino do português: a língua que se fala x a língua que se ensina* (1995), se fundava e se funda num olhar, que considero realista, sobre a sociedade brasileira, refletida nas salas de aula de português.

A escola brasileira, desde que começou a expandir-se, no século XIX, se pautou, no ensino de português, por uma norma padrão de tradição lusitanizante — sobre esse tema há um bem argumentado trabalho de Emílio Pagotto, *Norma e condescendência: ciência e pureza* (1999), desconhecendo as mudanças ocorridas no interior do português brasileiro ao longo do tempo. Essa norma padrão, idealizada, estacionada no passado, compendiada em gramáticas normativo-pedagógicas, deverá ser transmitida pelo ensino escolar. Nesses últimos anos essa tradição está matizada inexoravelmente.

Tenho argumentado que até meados deste século, talvez até a década de sessenta, a escola conseguia cumprir essa meta — apagar as vozes brasileiras, excluir muitos da escola logo nas primeiras séries escolares, transmitir outras formas de português. Veja-se, por exemplo, nas epígrafes escolhidas para este texto, a de Carlos Drummond de Andrade — "Professor Carlos Góis, ele é quem sabe, /... já esqueci a língua em que comia..." e a de Manuel Bandeira — "O que fazemos/É macaquear/ A sintaxe lusíada". Admito que a minha geração ainda alcançou essa escola, a de Manuel Bandeira, a de Carlos Drummond de Andrade, tanto que — permitam-me o testemunho pessoal — no meu Curso de Letras, entre 1958 e 1961, na matéria Língua e Filologia Portuguesa, conduzida pelo Mestre Nelson Rossi, nunca se fez necessária a revisão do uso prescritivo; nosso grupo, naquele tempo, dominava, pelo menos no uso escrito, o padrão normativo esperado pela sociedade, para os que alcançavam — e eram poucos — a Universidade.

Algo de novo aconteceu na sociedade brasileira dos anos sessenta para se tenta — vivenciei isso, depois de um interregno entre 1965 e 1971, na minha prática

de professora de português nos Cursos de Letras. Outras vezes chegavam à Universidade e a escolaridade anterior não conseguia apagá-las, ou seja, transmitir o padrão normativo na sua completude. Esse fato histórico-lingüístico está muito bem formulado pelo linguista Wanderlei Geraldi no seu livro *Portos de passagem* (1991), que já transcrevi em outro trabalho (1995: 115) e volto a fazê-lo, por considerar apropriada a sua interpretação:

Pela democratização do ensino, que é uma necessidade e um grande bem, tiveram acesso a ele largas camadas da população antes marginalizadas. A democratização, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela. De repente, não damos mais aula só para aqueles que pertencem ao nosso grupo social... Nos anos de 1970 e 1980, o crescimento foi um primeiro resultado da política educacional implantada no período que sucedeu a revolução de 64... que pretendeu fazer passar a idéia de uma educação que se 'democratizava', porque fazia aumentar as chances de igualdade de condições. O aumento do número de estudantes exigiu, em contrapartida, a maior quantidade de professores. Onde buscá-los? (p. 115).

A questão de política social e de política lingüística a que me referi anteriormente pode, em síntese, ser assim formulada: à política da quantidade, que ainda perdura, na multiplicação geométrica das salas de aula, não correspondeu, na mesma proporção, uma política da qualidade do ensino e da qualificação dos professores, como veremos adiante. No caso específico da língua portuguesa, esse fator sócio-histórico teve como resultado inevitável a impossibilidade de as escolas, em geral, e seus professores, cada vez mais provenientes das chamadas classes sociais populares e com formação docente precária, por razões consabidas, não terem como transmitir o padrão normativo-prescritivo lusitanizante, idealizado para o ensino da matéria, desde a segunda metade do século XIX.

Muito se tem debatido sobre essa questão no âmbito da Sociolingüística e também na metodologia para o ensino da língua portuguesa no Brasil. O fato histórico-lingüístico que quero aqui assinalar, por essa via de compreensão histórica do português brasileiro, é que as características próprias ao português brasileiro que se distinguem do padrão normativo, sobrelevando-se as sintáticas, já alcançam aqueles de nível de escolaridade mais alta, que, por princípio ideológico, almejar a sociedade que não alcançassem, considere-se, por exemplo, o retorno insistente aos "consultórios gramaticais", agora não restritos aos jornais, mais difundidos em programas na grande mídia.

A questão lingüístico-pedagógica que acabei de esboçar é, com propriedade, interpretada por Mary Kato, lingüista gerativa que, em texto de 1993, formula o problema da maneira seguinte, partindo de mudanças sintáticas que tipificam o português brasileiro:

A consciência dessas mudanças sintáticas... é necessária para entender por que os estudantes escrevem como escrevem e por que a língua dos textos escolares, para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha... O Brasil apresenta assim um caso extremo de "diglossia" entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão que ele deve adquirir. (p. 20)

Em trabalho de 1996 – *Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística* – desenvolve Mary Kato o tema, focalizando vários aspectos em variação e mudança na sintaxe brasileira, dentre eles os clíticos acusativos de terceira pessoa e, com base em pesquisa de dados de Vilma Correa (1991), mostra que os estudantes chegam a recuperar esses clíticos na escrita, na ordem de 85.7%, enquanto na fala a recuperação é mínima, na ordem de 10.7% (p. 228). Considerando esse fato sintático e outros que analisa, conclui que a "recuperação" de "fósséis" sintáticos pela escola, quando isso ocorre, no ensino de português no Brasil, revela, numa análise qualitativa, "indícios de que o processo difere muito da aquisição natural, pois esses dados apresentam inúmeros casos de hipercorreção e estratégias de esquiva, evidências de que há um comportamento consciente de monitoração do produto" (p. 233).

Afastando-me agora da sala de aula de português, em que se revela uma situação diglôssica, na interpretação de Mary Kato, em que muitas das regras da *norma padrão* são aprendidas, quando o são, como as de uma gramática de língua estrangeira, esboçarei, seguindo a segunda via antes referida, como a Sociolingüística brasileira interpreta a heterogeneidade atual do português brasileiro.

Quando, na década de cinquenta, Serafim da Silva Neto defende a notável unidade da *língua portuguesa no Brasil*, fundava-se ele na dialeção regional. Tendo como contraponto a dialeção regional do português europeu e das diversas áreas românicas européias, vinculadas por isófonas individualizadoras, partiu ele de uma idealização impressionista, já que, na época, não se tinham iniciado as pesquisas de campo sobre o português brasileiro, só principiadas na década seguinte, com os reconhecidos trabalhos de Nelson Rossi e sua equipe, acalentando Silva Neto a idéia da rarefeita diversidade dialetal espacial brasileira.

Entre os historiadores do português no Brasil, foi, certamente, Paul Teyssier, em 1980, quem definiu, com clareza e síntese, o que caracteriza esse português: "as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais. As diferenças nas maneiras de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto, que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra" (1982: 79).

A Sociolingüística se inicia no Brasil em 1969, com os começos do *Projeto Norma Urbana Culta*, que tem por objetivo, a partir de dados gravados, avaliar o uso dos falantes brasileiros de escolaridade completa, ou seja, de nível universitário, definidos esses no *Projeto* como falantes cultos. Daí partiu a Sociolingüística para outros *corpora*, como, na década de setenta, o *corpus MOBRA*-Rio, de adultos em início de alfabetização. Expandiram-se, a seguir, para várias áreas brasileiras, projetos sociolingüísticos, considerando, sempre, como uma das variáveis a serem analisadas, a escolaridade. Com base nesses dados que se vêm multiplicando nesses últimos vinte anos, pode-se hoje demonstrar que convivem, no Brasil, as *normas vernáculas* ou o *português popular brasileiro*; as *normas cultas* ou o *português culto brasileiro* e, no horizonte paira, ou pára, a *norma padrão*.

Essa pluralidade do português brasileiro tem sido formulada como polarização, como é a interpretação de Dante Lucchesi em artigos recentes (1994, 1997, 1999). Defende ele que o português brasileiro não é apenas heterogêneo e variável, mas plural e polarizado. Define nesse diáspora heterogêneo dois sistemas igualmente heterogêneos, daí a pluralidade e a polarização, que designa de *normas vernáculas* e *normas cultas*. Os fatos sintáticos usados na sua argumentação se apoiam na variação da concordância, fundamentados em estudos de Gregory Guy e de Anthony Naro, dos inícios dos anos oitenta, e na variação do sistema pronominal, tanto sujeito como complemento, com base nos estudos iniciados por Fernando Tarallo, estudos que continuam em desenvolvimento, a partir também daquela década. Partindo dos autores em que se fundamenta, defende Dante Lucchesi o ponto de vista de que a *norma culta* – ou seja, os padrões de uso dos segmentos escolarizados, dos falantes de classe média e alta – tende a perder características que a aproximam do padrão europeu original e a *norma vernácula*, a depender da orientação cultural de seus usuários, tende a adquirir características que a aproximam da *norma culta*, num processo de convergência, mas com nítidas diferenças quanto aos padrões de uso, demonstradas pelos estudos quantificados dos sociolinguistas variacionistas, e quanto ao sistema de valores que subjaz a eles.

Essa heterogeneidade social do português brasileiro pode também ser formulada como um *continuum* dialetal, com os pólos popular e culto ressaltados, que tem num extremo as variantes usadas principalmente por não-escolarizados de áreas rurais e, no outro, as variantes daqueles de áreas, principalmente urbanas, de alta e boa escolaridade. Às margens desse *continuum* se pode ainda situar, para além de um extremo, possíveis locais descolinizantes em antigas comunidades afro-brasileiras isoladas – como vem mostrando o *Projeto Vestígios de descolinização*, coordenado por Alan Baxter e Dante Lucchesi –, e, para além do outro, o padrão formal de indivíduos de alta e boa escolaridade, que ainda buscam aplicar as tradicionais regras gramaticais prescritivas, pelo menos na escrita formal, devedoras ao modelo europeu. Pode-se admitir que, considerando o português falado e o escrito informal e o português europeu, houve uma mudança gramatical qualitativa, e, no interior do português brasileiro falado – de um lado ao outro dos extremos referidos, incluindo-se aí também a escrita informal – há variação de natureza quantitativa no interior de uma mesma “gramática”, variação que pode ser distinguida por taxas, padrões de uso e por avaliações sociais diferenciadas (Mattos e Silva, 1999).

Essa “gramática brasileira”, no sentido paramétrico chomskiano, foi proposta por Fernando Tarallo em artigo de 1992 – *Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian Portuguese*, publicado em tradução brasileira em 1993, sob o título *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar no final do século XIX* (1993) – e resulta essa “gramática” de mudanças correlacionadas, predizíveis, que sintaticistas que seguem o modelo gerativista vêm explicando.

Na formulação primeira de Fernando Tarallo, tais mudanças envolvem:

1. O rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos e mais frequentemente sujeitos lexicais; 2. mudança nas estratégias de relativização como consequência da mudança do sistema pronominal; 3. reorganização dos padrões de ordem básica para a ordem SVO e o estreitamento da adjacência na marcação do caso acusativo; 4. diretamente ligados às anteriores, os padrões sentençaiais em perguntas diretas e indiretas (1993: 70)

Essa proposta de mudanças de natureza paramétrica já vinha sendo estudada por pesquisadores sociolinguistas e gerativistas ligados a Fernando Tarallo e a Mary Kato. No livro – *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, organizado por Mary Kato e Ian Roberts em homenagem póstuma a Fernando Tarallo, um conjunto de estudos demonstra, no quadro teórico referido, que seria pelos fins do século XIX que o português brasileiro escrito deixaria já “escorrer sua própria tinta”, para usar uma expressão do próprio Tarallo.

No artigo de 1996, anteriormente referido, retoma Mary Kato as mudanças detectadas na sintaxe brasileira, estudadas nos anos anteriores, e tem como um dos seus objetivos, nas suas palavras:

Pretendo tratar as mudanças detectadas no PB em estudos diacrônico-variacionistas e as interpretações a elas dadas em estudos gerativistas. Pretendo mostrar que todas elas têm a ver com mudanças no paradigma pronominal (p. 210)

Ao finalizar a sua análise afirma, contudo, que:

As mudanças sintáticas sofridas no PB, embora provocadas, inicialmente, no nível lexical, acarretaram mudanças profundas em sua gramática. Não é apenas uma mudança ao nível paradigmático – o sistema pronominal e flexional. Essa mudança tem efeito de reanálise, em nível sintagmático, afetando a ordem dos constituintes, a expressão maciça de sujeitos referenciais, a proliferação de verbos leves, as construções de tópicos (p. 233)

O que nos dirá o passado sobre a divergência entre o português brasileiro e o europeu e sobre a variação sociodialetoal no interior do português brasileiro, que apresenta variantes com configurações sintáticas que permitem aproximá-las de crioulos de base portuguesa – como mostram, por exemplo, os estudos sintáticos sobre Helvécia, no sudeste baiano (cf., por exemplo, Baxter Lucchesi e Guimaraes, 1997 e Baxter, 1998), e, para além de uma “gramática brasileira” consistente, ainda apresenta o português brasileiro situações que o aproximam do português europeu?

Considero muito generalizantes as hipóteses contrárias – *crioulização pré-via* ou *derivalevolução natural* – para dar conta das origens e formação do português brasileiro. Não considero, contudo, de forma nenhuma, fora da agenda de pesquisa, como o fez Fernando Tarallo em seu trabalho de 1986 – *A alegada origem crioula do português brasileiro* (1993), contrapondo-se à proposta de Gregory Guy de 1981, a hipótese da *crioulização prévia*.

Pesquisas de campo iniciadas em meados de oitenta, em comunidades afro-brasileiras isoladas, fundadas nos avanços teóricos e metodológicos da criolística contemporânea, conduzidas por Alan Baxter, depois também por Dante Lucchesi,

vêm investindo sobre *vestígios de descrittualização* nesse tipo de comunidades. Para esses pesquisadores não se pode propor um *crioulismo* estável africano para todo o Brasil, mas se tem de pensar a questão da *crioulização prévia* de modo fatorizado e não generalizante, levando-se em conta a sócio-história e a demografia de determináveis locais de maciça presença africana e/ou indígena nos interiores do Brasil (cf., por exemplo, Baxter e Lucchesi, 1996 e 1997).

Quanto à questão da *derivalevolução natural*, defendida por alguns linguistas, como Mattoso Câmara Jr., foi ela retomada recentemente por Anthony Naro e Martha Scherre no artigo de 1993 – *Sobre as origens do português popular brasileiro* e, centrados na variação da concordância verbo-nominal no português brasileiro, defendem o ponto de vista de que essa característica marcante da sintaxe brasileira, sobretudo no nas *normas vernáculas*, mas não só, deve ser interpretada como já *encaixada* no português europeu arcaico, embora aqui com força desencadeada pelos condicionamentos sócio-históricos em que o português europeu passou a ser adquirido. Sobre a questão há o recente trabalho, variacionista, desses autores – *Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal* (1999). Para sustentar essa hipótese, a meu ver, há que ser demonstrado isso na sintaxe histórica do português arcaico para o moderno, mas não apenas no que se refere à concordância, como também nas outras características sintáticas que distinguem o português brasileiro do europeu, como, por exemplo, os vários aspectos referentes ao sistema pronominal e à ordem sintática.

A heterogeneidade complexa dos usos populares e cultos do português brasileiro, na sua sincronia atual, que se vem desvelando pelos estudos linguísticos, sobretudo os sintáticos, à qual subjazera uma “gramática” distinta, segundo as explicações gerativistas, da do português europeu, perseguida ainda no padrão normativo-prescritivo, poderá ser interpretada, como tentarei mostrar, numa perspectiva histórica. Considerarei fatores sócio-históricos, sobrelevando-se, entre eles, a dinâmica da demografia histórica do Brasil, refletida na forma como ocorreram os contactos multilinguísticos dos falantes em convívio, mesmo que socialmente assimétricos, e consequentemente a aquisição do português europeu, língua de prestígio político e social, ao longo do Brasil colonial e pós-colonial, inter-relacionada essa história demográfico-linguística ao precário processo de escolarização na história da sociedade no espaço que veio a ser definido como brasileiro.

3 Do passado para compreender o presente

Pode-se tentar reconstruir o passado de uma língua, tanto numa perspectiva intralinguística, estritamente diacrônica, tradicionalmente chamada essa orientação de *história interna*, como inter-relacionando os fatores linguísticos diacrônicos com fatores sócio-históricos ou da história social em que essa língua está inserida, tradicionalmente chamada essa orientação de *história externa*.

Quando os gerativistas, como antes exposto, detectam mudanças correlacionadas, predizíveis, na “gramática” do português brasileiro, que o distinguem do português europeu, seguem eles a via intralinguística, propriamente dita diacrônica. Na compreensão interpretativa que busco neste texto, tentarei identificar fatores da história social brasileira que terão tido efeitos na constituição histórica do português brasileiro, perseguindo eu, portanto, uma orientação histórica ou sócio-histórica.

Essa orientação, no que se refere ao português brasileiro, não é, evidentemente, originalidade minha. De certo foi Serafim da Silva Neto, em seu livro de 1950, quem primeiro buscou identificar fatores sociais significativos para a interpretação histórica da *língua portuguesa no Brasil*, na sua designação, utilizando os recursos bibliográficos e a formação de que dispunha, no sentido de defender a *vitória da língua portuguesa no Brasil*, designando de *aloglotas* os outros falantes que aqui conviveram e interagiram com a língua dominante da colonização. Essa defesa da *vitória da língua portuguesa no Brasil* é compartilhada por muitos outros. Refiro, como exemplo, o texto recente, já citado, do linguista Sílvio Elia (1994) e o conhecido artigo do historiador José Honório Rodrigues – *A vitória da língua portuguesa no Brasil Colônia* (1985).

Nessa orientação da história social direcionada para a história linguística do Brasil, a meu ver, quem primeiro formulou a questão, considerando os dois fatores que vou argumentar como fundamentais para uma compreensão histórica do português brasileiro, foi Antônio Houaiss em seu livro de 1985 – *O português no Brasil*, onde destaca que “na história externa, são essenciais a articulação de fatos de ocupantes e fatos das prevalências e desfavorecimentos das línguas” (p. 31-2) e “a penetração da língua escrita no Brasil, não numa leitura estética... mas essencialmente linguística” (p. 127-8).

Admite-se que, no que viria a ser Brasil, se usavam para mais de mil línguas autóctones, de vários troncos e famílias linguísticas, no início da colonização. Cálculo recente leva Aryon Rodrigues (1993: 91) a propor 1.175, das quais 85% desapareceram no período colonial, depois e continuam a desaparecer, ou porque seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram sendo dizimados: dos calculados cinco milhões de indígenas em 1500, diversos culturais e linguisticamente em mais de 1.500 povos, admite-se 800.000 indivíduos no final da colonização, talvez 300.000, no fim do Império, cerca de 262.000 hoje (dados de Mércio Gomes, 1993: 63-4), falantes hoje de cerca de 180 línguas (Aryon Rodrigues, 1993: 92).

Admite-se também que, das línguas africanas, foram traficadas falantes dos grupos linguísticos oeste-atlântico, mande, kru, grun, bunue-kwa e bântu, além de outros. Esses grupos, os bântu tiveram, ao longo dos quatro séculos de tráfico, uma taxa alta constante, entre os africanos escravizados (30%, 65%, 64%, 56%), por século, seguidos dos bunue-kwa, não-bântu, (7%, 10%, 20%, 24%); os ou-

268

tros grupos, em percentuais, por século, abaixo de 16%, com exceção dos do oeste-atlântico e mende, 20%, ambos no século XVI (dados de Alberto Mussa, 1991: 144-5).

Sabe-se também que, do século XIX em diante, se incrementa a emigração. Primeiro de portugueses – já antes de portugueses açorianos no Maranhão e em Santa Catarina, depois de europeus da Europa Central e de asiáticos do oriente médio e do extremo oriente.

Fica assim claro que, para uma compreensão e interpretação efetiva que considere o todo do português brasileiro, ao longo desses séculos, muitas histórias de contactos lingüísticos deverão ser reconstruídas, levando em conta os falantes de variadas línguas, tendo como denominador comum a língua do poder e do prestígio, a língua portuguesa, que se torna hegemônica e oficial no Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII, na seqüência da política pombalina para a colônia brasileira.

O resultado dessa história multilingüística complexa, em que, como procurei mostrar, o português foi adquirido, pela maioria da população aqui convivente, na oralidade e sob o chamado *second language learning effect* (Kroch e Taylor, 1994), ou seja, como língua estrangeira e sem o controle normativo da escolarização, é o português brasileiro heterogêneo e polarizado, como caracterizado hoje pela Sociolingüística. É esse o português vitorioso, se quisermos falar em vitória, como o fizeram outros já referidos.

Não há como negar a difusão generalizada e implantação do português no território brasileiro, mas um português distinto do europeu, hoje já bem definido pelos lingüistas, que tem, como elo principal comum de interseção com o português europeu, o padrão escrito formal e, sistematicamente, principalmente características morfológicas e lexicais comuns que permitam a intercompreensão, desde que haja boa vontade, tanto do lado de cá como do lado de lá do Atlântico.

Os fatores sócio-históricos em que me concentrei, para fundamentar historicamente a diferença entre o português brasileiro e o europeu e no interior do português brasileiro, seguirão as indicações de Antônio Houaiss, que serão abordadas considerando o Brasil em geral, estando eu consciente de que histórias lingüísticas regionais, locais e até punctuais deverão ser reconstruídas, na direção de uma interpretação própria às diferentes áreas brasileiras, o que é um dos objetivos do *Projeto* coletivo em curso, já mencionado, *Para a história do português brasileiro*.

O quadro multilingüístico antes esboçado permite idealizar uma *situação habélica* no Brasil colonial, expressão usada pelo Padre Antônio Vieira, quando, no século XVII, viveu como missionário no Maranhão e no Pará, na área amazônica, portanto. Contudo, procurei argumentar, como o fiz em trabalho anterior, apresentado ao II Seminário Nacional do *Projeto Para a história do português brasileiro* (1998) – *De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios*, que se pode configurar, como principais atores no cenário do Brasil colonial, por uma filtragem necessária à intercomunicação, o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro

em formação, que será, no meu modo de interpretar, o antecedente histórico do hoje designado pela Sociolingüística como português popular brasileiro ou vernáculo brasileiro ou ainda normas vernáculas.

Passarei a tratar desses atores ou agentes basilares, com o objetivo de tentar compreender, numa perspectiva histórica, a polarização sociolingüística que caracteriza, na atualidade, o português brasileiro e chegarei a um ponto de vista, sobre o que argumentarei, que leva a admitir que a difusão generalizada do que se chama português popular brasileiro, de que é usuária hoje a grande maioria dos brasileiros, por razões sócio-históricas a que adiante me referirei, deveu-se sobretudo à nossa população de origem africana, presença decisiva, na história social e na sócio-história lingüística do Brasil.

O problema da difusão do português brasileiro envolve uma das questões centrais da nossa história lingüística, que é a interpretação da complexa situação de ter-se tornado o Brasil majoritariamente monolíngüe, quando o seu período histórico inicial, de 1500 à segunda metade do século XVIII, apresenta um multilingüismo/multidialetalismo generalizado.

Assim, no que segue, procurarei fundamentar a polarização sociolingüística atual e o monolingüismo generalizado em português brasileiro, que caracteriza o Brasil, politicamente definido como nação de língua oficial majoritária portuguesa, reconhecidas que foram as línguas minoritárias indígenas, pela *Constituição Federal* de 1988, também como línguas nacionais.

Na cena lingüística do Brasil colonial serão, portanto, o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português brasileiro em formação, segundo a minha interpretação, os atores principais, cada um deles recoberto uma incomensurável diversidade que não se tem como rigorosamente demonstrar, mas que dela se pode tentar aproximar, por indícios históricos, por conjecturas plausíveis, fundados em fatos históricos, dentre eles focalizarei a demografia histórica e a escolarização, interpretados por especialistas: historiadores, sociólogos, antropólogos, lingüistas, além de outros.

Começo pelo português europeu, por me parecer mais acessível apreendê-lo, por evidentes razões de caráter histórico. Língua documentada pela escrita, pelo menos desde os inícios do século XIII, aqui chega, datada, ao fim do século XV. Parece-me que a idéia expressa por Pero Vaz de Caminha na sua célebre *Carta* – seria mais fácil nós (portugueses) aprendermos a língua deles (os indígenas) do que eles a nossa – fundamenta a primeira política lingüística implícita, a ser implantada na colônia. Será a política dos jesuítas aqui chegados em 1549, com o primeiro governador geral, que foi a de aprender e gramaticizar a língua mais usada na costa do Brasil, designação adequada do Padre José de Anchieta, para referir-se às línguas/dialetos do tronco tupi, expandidos pelo litoral do Rio Grande do Norte até ao sul e na bacia do Paraná-Paraguai. Política que tinha a finalidade explícita de transformar os gentios em cristãos para a maior glória de Deus, da Companhia de Jesus e do rei de Portugal.

Este lugar, contudo, que seria, na expressão de Caminha, *uma pousada para a navegação de Calecut*, veio a mostrar-se vantajoso como colônia economicamente rentável já nos meados do século XVI, com a produção açucareira litorânea: os engenhos de açúcar seriam sessenta em 1570, nas décadas seguintes cresceram numa taxa de 5% ao ano e, às vésperas da invasão holandesa, 1624, já havia 350, dois terços em Pernambuco e na Bahia (Schwartz, 1994: s. v. *Engenhos*).

Como consequência dessa implementação da economia açucareira, fez-se necessário, não só usar o braço escravo, primeiro indígena e logo africano, já na terceira década do século XVI, mas também reforçar o contingente português, tanto para a administração colonial como para os trabalhos artesanais, essenciais para cumprir diversos misteres básicos para o efetivo funcionamento da agricultura, indústria e comércio açucareiros.

Os dados demográficos reunidos por Alberto Baeta Neves Mussa, no primeiro trabalho que, na medida do meu conhecimento, utiliza de maneira sistemática a demografia histórica para interpretar a formação do português do Brasil, intitulada *O papel das línguas africanas na história do português brasileiro* (1991), demonstram que entre 1538 a 1600, primeiro século colonial, compunham a população do Brasil 30% de europeus, majoritariamente portugueses, taxa que decresceu ao longo do período colonial, a par do crescimento dos brancos brasileiros, descendentes dos portugueses, mas ficarão eles à volta de 30% até a primeira metade do século XIX.

Apresento a seguir a tabela demográfica geral do Brasil entre 1538 e 1890 de Alberto Mussa, que se baseou em Haselbag, *Disseminação e desigualdades raciais no Brasil*, de 1979, em A. Carreira, *Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal*, de 1981, no conhecido censo de José de Anchieta e nos censos do século XIX, para que se tenha logo uma visão de conjunto desses dados:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1

Fonte: MUSSA, 1991: 163

Os dados dessa Tabela foram retomados por Tânia Lobo (1996), num formato em que ressalta o significado deles, no sentido de chamar a atenção para o montante geral da população de origem não-européia e européia ao longo dos séculos XVI a XIX:

	etnia não-brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Tabela 2

Fonte: LOBO, 1996: 16

Esses percentuais revelam o fato histórico e histórico-lingüístico de que só na segunda metade do século XIX, a etnia branca, na expressão de Tânia Lobo, ultrapassará os 30%; lembro que já então a emigração entrava como fator no configuração populacional de certas áreas do Brasil. Revelam os dados, sobretudo, que os usuários mais prováveis do português europeu ou mais europeizado, portugueses e seus descendentes, constituiram, no período colonial, menos de um terço da população convivente no Brasil; os *alagotas*, os outros, na expressão, a meu ver, inadequada, por preconceituosa, consagrada por Serafim da Silva Neto, foram muitos, sempre a esmagadora maioria, estando entre 70% e 68% a sua presença até meados do século XIX.

Darcy Ribeiro, no livro *O povo brasileiro* (1995), com o objetivo de discutir o que designa de "diminuição dos contingentes aborígenes autônomos" (p. 157), apresenta uma avaliação populacional, da qual se depreende que aqueles que classifica de "brancos" do Brasil (usa branco entre aspas) correspondiam a 25%, 30% e 50%, em 1600, 1700 e 1800, respectivamente; representando 75%, 70% e 50%, nesse tempo, os escravos e os índios integrados, avaliação que confirma, para os séculos XVII e XVIII, o perfil geral apresentado por Alberto Mussa. Reforçam ainda os dados de Mussa, o que diz Boris Fausto na sua recente *História do Brasil* (1994): "do ponto de vista social, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos [portugueses e descendentes] representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial" (p. 135).

Será assim esse contingente demográfico, à volta de 30%, ao longo da história europeizada do Brasil, o forte candidato a usar o *português europeu* ou mais europeizado. Seria ele o modelo a perseguir na elaboração do que veio a ser chamado de *português culto brasileiro*, que, certamente, se distanciava do que denominamos aqui de *português geral brasileiro*. Esse aqui se formava, entre os cerca de 70% que adquiriram a língua portuguesa para cá transplantada, em situação de *aquisição imperfeita* ou de *aprendizagem irregular*, sob o *second language learning effect*, com histórias lingüísticas familiares diversas, portadoras ou de línguas indígenas ou de línguas africanas, na oralidade das situações quotidianas, sem nenhum controle normativo-prescritivo, ou seja, pela via da escolarização, como logo buscarei mostrar.

Antes porém de discutir os outros agentes ou atores na cena do Brasil colonial, não poderia deixar de referir que esse *português europeu* seria diversificado ao longo da colonização: não só trazia diferenças dialetais regionais, como procurou mostrar Serafim da Silva Neto, quando tentou pesquisar estatísticas inatingíveis sobre as *origens dos colonizadores*, mas também socioleais, já que vieram tanto colonizadores para a alta administração, como os colonos, mão-de-obra necessária. Houve, sem dúvida, uma distinção sociolingüística significativa, a que separava os portugueses letrados, de maior ou menor nível de cultura letrada, e os não-letrados, analfabetos, que, certamente, constituíram um montante representativo, se não a maioria, já que o letramento começa a difundir-se, aos poucos, em Portugal no século XVI. Além dessa diversidade regional e social, os portugueses e sua língua aportam no Brasil em 1500, mas continuaram a vir por todo o período colonial, com momentos de pico, como o da "corrida do ouro e dos diamantes", dos fins do século XVII para o XVIII, o da vinda da família real em 1808 e depois como emigrantes. Nesse longo tempo histórico, o português europeu continuou seus processos de mudanças lingüísticas, próprios às línguas socialmente vivas.

Destaco esse último aspecto para que se avalie criticamente uma postulação tradicional corrente, a meu ver inapropriada, que afirma que o português brasileiro, em relação ao europeu, é *conservador*, no sentido de manter características do período arcaico e quinhentista, por causa da época dos inícios da colonização. Essa questão discute Ilza Ribeiro, sintaticista gerativista, quando pergunta em artigo de 1998 – *A mudança do PB é mudança em relação a que gramática?* A história do português europeu, sobretudo dos séculos XVI ao XIX, se faz essencial para uma interpretação mais bem fundamentada do português brasileiro, sobretudo nas suas variantes cultas. Esse período histórico, contudo, é ainda do ponto de vista lingüístico muito mal conhecido, como afirma o filólogo e lingüista português Ivo Castro em texto de 1996 – *Para uma história do português clássico*, designando de *clássico* o português da Europa nos séculos referidos.

Esboçado assim o que teria sido o diversificado *português europeu* que aqui foi chegando, definido o montante de seus mais prováveis usuários e admitindo que é nesse português que se enraíza o atualmente chamado de *português culto brasileiro*, passo a tecer observações sobre os outros dois agentes lingüísticos, as *línguas gerais indígenas* e o *português geral brasileiro*, que proponho ser o antecedente histórico do *português popular brasileiro*. Relembro que os representantes de etnias não-européias recobriram a taxa demográfica à volta de 70% entre 1538 e 1850 (cf. Tabelas 1 e 2).

Considerarei primeiro o complexo, instigante e ainda, para mim, obscuro, problema das chamadas *línguas gerais indígenas*.

Devemos, sem dúvida, aos primeiros cronistas e historiógrafos sobre o Brasil, desde o século XVI, informações significativas sobre a multiplicidade lingüística brasileira autóctone. Sem eles, muito de nosso passado seria desconhecido. Suas informações não são contraditórias, no geral, e pudemos ficar sabendo de uma

certa homogeneidade cultural e lingüística, ao longo do litoral e na bacia do Paraná/Paraguai, em que predominavam grupos indígenas do tronco lingüístico tupi, sobretudo da família tupi-guarani e, em vários pontos litorâneos, os tupinambá e os tupiniquim, grupos inimigos, mas de línguas da família tupi-guarani tão semelhantes que, nas palavras de Gabriel Soares de Souza em 1587, não havia entre eles "na língua e nos costumes mais diferença do que têm os moradores de Lisboa dos da Beira" (1989: 44).

Para além da área litorânea se encontravam outros múltiplos grupos indígenas, genericamente chamados pelos tupi e pelos colonizadores de *tapiuia*, já distinguidos nas suas diferenças pelo jesuíta Fernão Cardim, na década de oitenta do século XVI (1997: 206). Nos estudos de lingüística indígena contemporâneos essas diversificadas línguas pertenceriam, principalmente, ao tronco macro-jê, que se estenderia pelos interiores do Nordeste até o meio norte; pelos cerrados do Brasil Central até o Sul Oriental da Bacia do Prata; para o Sul do Brasil ocupariam áreas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Uma vez que os jesuítas tinham como princípio de catequese usar as línguas da terra em que chegavam, fazia parte de seu programa catequético no Brasil dominar as línguas locais. Diante da relativa homogeneidade lingüística do litoral, por onde primeiro se expande a colonização, a estratégia imediata e coerente foi a de dominar a língua que vieram a designar de *brasílica*. A gramaticização da *língua mais usada na costa do Brasil*, como intitulou a sua gramática o Padre José de Anchieta, cumpria esse objetivo. Segundo o especialista Aryon Rodrigues, a designação *língua geral* não foi própria aos dois primeiros séculos de colonização (1986: 99).

Tudo faz crer que foi a versão jesuítica da *língua geral* um veículo lingüístico fundamental como instrumento na interação lingüística entre os portugueses que chegavam e os indígenas litorâneos, predominantemente, do tronco tupi. Será essa língua, genericamente e no singular, chamada de *língua geral* na bibliografia tradicional que trata da história do português no Brasil, na seqüência do que ficou estabelecido por Serafim da Silva Neto (1950), designação genérica e singular que continua a ser repetida por lingüistas e historiadores, como, por exemplo, José Honório Rodrigues (1985) e Sílvio Elja (1994).

O que de diversidade espacial recobre essa designação genérica é, a meu ver, uma questão fundamental a ser pesquisada, na medida do possível, na reconstrução de uma história lingüística do Brasil e, conseqüentemente, da história do português brasileiro.

Pode-se admitir que os jesuítas e outros colonizadores alfabetizados que aqui chegaram, no primeiro século da colonização, aprenderiam essa língua de intercunicação pela *arte de gramática* de Anchieta, também pela do Padre Luis Figueira de 1621, e por elas também aprenderiam os índios de etnias diversas aldeados pelas missões jesuíticas, e outras, aqueles que chegaram a ser alfabetizados. Contudo, com a difusão documentada do uso do que se veio a chamar *língua geral*, seguindo num primeiro momento a frente de colonização dos padres catequistas

nos aldeamentos e nos colégios da Companhia de Jesus, depois ultrapassando esses limites para vir a ser, como se afirma, a língua da colonização dos interiores, partida de São Paulo, pelos bandeirantes, essa *língua geral* ter-se-ia transmitido, principalmente, na oralidade, sem o controle escolar, em situação de aquisição imperfeita, no sentido de que, nesse contexto de aquisição, estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngües (português/língua geral) ou multilíngües (português/língua geral/línguas indígenas e/ou línguas africanas).

O que quero ressaltar com esse delineamento da questão é que só se pode idealizar essa *língua geral* como dialetalmente diversificada desde o século XVI, diversificação que se tornará mais complexa ao longo da diacronia da colonização. Estabeleceram os historiadores que até o século XVIII seria essa a língua familiar da área cultural que Darcy Ribeiro designará de *Brasil caipira* (1995: 361-404). Isso no que se refere à área de sua difusão meridional e central do Brasil. Para o norte, a *língua geral* se difundirá, a partir do século XVII, acompanhando a colonização do Maranhão à Amazônia e continua viva, modificada, na forma do chamado *nheengatu* do médio Rio Negro, do Rio Xié, da bacia de Içana, das fronteiras com a Venezuela (Taylor, 1988: 5-6), com história lingüística, portanto, distinta da *língua geral* do chamado *Brasil caipira* por Darcy Ribeiro.

Em estudo de 1986 (p. 99-109), Aryon Rodrigues apresenta, com precisão, uma caracterização diatópica e diacrônica das *línguas gerais*, já no plural, a *paulista* e a *amazônica*, fundamentado em documentação antiga disponível, parca para a *paulista*, mas mais numerosa para a *amazônica* e demonstra diferenças entre essas *línguas gerais*.

Contudo, entre essas *línguas gerais*, originadas de línguas indígenas do tronco tupi, podem-se idealizar variadas situações com maior ou menor marca das línguas em contacto, no caso, o português e a(s) língua(s) indígena(s) e também línguas africanas. Pode-se até conjecturar, a modo de hipótese, que, o que na documentação colonial se designa por *usar a língua geral*, *falar a língua geral*, *saber a língua geral* referir-se-á a um português simplificado, com interferências de línguas indígenas e também de línguas africanas. Essa conjectura está fundamentada no que se sabe sobre a intercomunicação lingüística em sociedades multilíngües, basicamente ágrafas, como foi o Brasil colonial. A meu ver, o percurso histórico do conceito *língua geral* no Brasil terá ainda de ser reconstruído em detalhes, para que se tenha uma aproximação mais exata dos valores semânticos recobertos pelo significante *língua geral*.

Quanto à conjectura que faço de ser, em muitas situações, o referente *língua geral* um português simplificado, "mal falado", encontrei suporte que me incentivou a não descartar e a considerar essa uma questão a ser investigada.

O historiador John Manuel Monteiro, no seu livro recente – *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1995), com base em documentação arquivística abundante, no capítulo *Senhores e índios* (p. 154-87), levanta com clareza a questão que acima formulei. Ao tratar dos complexos proces-

sos sociais de São Paulo seiscentista, retoma o tema muito difundido de que o "tupi" era falado em São Paulo até meados do século XVIII, quando, segundo seu texto, "cedeu lugar ao português e, nas áreas rurais, ao dialeto caipira" (p. 64), que, digo eu, também é português. Utiliza ele o fato histórico muito contado que Domingos Jorge Velho, ao ter de falar com o Bispo de Pernambuco, levou um intérprete e que horrorizou o prelado a rudeza do seu interlocutor. Chama atenção John Manuel Monteiro para o fato documentado de que aquele sertanista, dizimador do quilombo dos Palmares, "não apenas falava como também escrevia português" (p. 164). Afirma que há documentos escritos e assinados por ele e comenta:

Acontece que o bispo – como tantos outros observadores portugueses da época colonial – facilmente confundiu-se com o português colonial, corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte. Cabe ressaltar que mesmo em São Paulo, o domínio da língua geral ou qualquer outra língua indígena era considerado uma respeitável especialidade, e a fluência numa dessas línguas limitava-se aos sertanistas (p. 165)

Essa posição externada por um especialista reconhecido nos estudos atuais sobre a história dos índios no Brasil fundamenta, a meu ver, a dificuldade que haveria então entre distinguir *língua geral indígena*, propriamente dita, e o que estou designando de *português geral brasileiro*, a que se refere o historiador na citação acima como *português colonial*, "corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas", na sua formulação.

Sobre o passado das *línguas gerais indígenas* e das línguas indígenas brasileiras em geral provavelmente há muito a ser desvendado, com base em documentação remanescente em arquivos brasileiros e estrangeiros.

Sabe-se, contudo, que o índio brasileiro foi dizimado no litoral já no século XVI, mas persiste e resiste, e novos grupos ressurgem, quando e onde menos se espera, sendo ainda usadas cerca de 180 línguas indígenas. Sabe-se também que a taxa de *índios integrados* à sociedade colonial decresceu drasticamente do século XVI para o XIX, vejamos os percentuais da Tabela 1 – 50%, 10%, 8%, 4%, 2% – da população geral do Brasil. Esses dados demográficos de Alberto Mussa diferem dos de Darcy Ribeiro (1995: 105-8), que afirma que a redução do percentual dos índios integrados não se fez drasticamente do século XVI para o XVII, mas sim do XVIII para o XIX, quando chegaram a 12.5% e não aos 2% da análise de Alberto Mussa.

Em face dessa cruel realidade sócio-histórica, quer tenham chegado ao século XIX 2% ou 12.5% de índios integrados, não seriam os índios integrados brasileiros os principais difusores no geral do Brasil do que estou designando de *português geral brasileiro*.

Há consenso, entre autores recentes que interpretam a história lingüística do Brasil e a formação do português brasileiro (Houaiss, 1985; Mussa, 1991; Naro, e Scherre, 1993), no sentido de que não houve a possibilidade de se estabelecerem no Brasil línguas africanas, das múltiplas que aqui chegaram, pelo menos por duas

razões principais: a desumanizante política do tráfico separava, desde a África, os co-étnicos e, conseqüentemente, os co-língües; além disso não houve, no geral do Brasil, a constituição plena de famílias de escravos, onde se pudessem firmar células de núcleos lingüísticos africanos (cf. Mussa, 1991: 229).

Para comunicarem-se, chegando ao Brasil, teriam de adotar os escravos, dentre os recursos lingüísticos disponíveis, ou as línguas indígenas, os as línguas gerais indígenas ou o português da colonização. O desenvolvimento histórico do Brasil indica que foi essa última opção a selecionada – reestruturado esse português profundamente, no seu processo de aquisição, na oralidade das circunstâncias e sem o controle normativo-prescritivo explícito – sobretudo por ser essa língua uma constante por toda a colônia e, também, possivelmente, por uma parcela dos africanos aqui chegados já utilizarem alguma forma de português aprendido na rota africana do tráfico.

Deram-me suporte para defender essa interpretação, ou seja, a da aquisição de um português profundamente reestruturado, os resultados do trabalho de pesquisa de Alberto Mussa, mas não só. Nesse trabalho, ao examinar dezesseis processos fonéticos próprios ao português popular brasileiro (p. 165-207), confrontados com as realizações do português europeu e com as correspondentes nas línguas bene-kwa e bântu, famílias lingüísticas africanas majoritárias aqui chegadas, como já referido, conclui ele que o português popular brasileiro optou sempre pela realização *menos marcada*, isto é, estruturalmente mais simples, e *menos estigmatizada*, mas não prioriza nem o que seria o português europeizado nem o que seria o português africanizado. A solução brasileira – a que estou designando de português geral brasileiro –, conforme Alberto Mussa, construiu o seu próprio caminho, dentro das possibilidades existentes no mercado lingüístico da colônia, destacando ele, com razão, que as línguas gerais de base indígena estiveram geograficamente localizadas no espaço colonial (p. 237), acompanhando a ação missionária e certas áreas em processo de colonização.

A meu ver, o trabalho de Alberto Mussa se destaca, na bibliografia existente sobre o tema, porque demonstra que não há de se buscar, com prioridade, como tradicionalmente ocorre na pesquisa sobre essa temática, marcas tópicas ou influências das línguas africanas no português brasileiro, mas há que compreender e explicitar o papel da maciça presença africana e de seus descendentes na formação e conformação do português brasileiro; cito a seguinte passagem porque expõe com clareza essa interpretação:

É impossível desconsiderar, como se vem fazendo, a participação das populações africanas no conjunto da história lingüística brasileira. Do ponto de vista de uma dinâmica histórica, o português dos africanos e o português dos europeus detêm o mesmo valor, não podendo ser tomados isoladamente como ponto de partida exclusivo (p. 244)

Além do trabalho de A. Mussa, deram-me também suporte para defender o ponto de vista aqui argumentado, isto é, de serem os africanos e seus descendentes

os principais agentes difusores do português geral brasileiro, as formulações do antropólogo Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*, quando afirma, pelo menos em duas passagens de seu livro, com base na reconstrução sócio-histórica que apresenta:

Concentrando-se em grandes massas de atividades mercantis mais intensas, onde o índio escasseava cada vez mais, o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente da europeização que difundiria a língua do colonizador (p. 166)

e

A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos herros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro de diferentes povos. Fazendo-o se reumanizou... conseguindo dominar a nova língua, não só a refêz, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou a sua difusão por todo o território nacional (p. 220)

A presença negra e negro-mestiça no Brasil colonial fica evidente nos dados da Tabela 1. Dados que se reforçam com a afirmativa do historiador Boris Fausto (1994) de que em 1818, às vésperas da Independência de 3.596.132 habitantes no Brasil, 1.107.389 eram escravos (31%), a par de 2.488.743 livres (69%), que incluíam, é claro, brancos, negros libertos, mulatos.

Podem-se argumentar que houve áreas de concentração negra e negro-mestiça que correspondem a diferentes frentes de colonização, contudo apresento a seguir indícios que apontam para a generalização da presença de africanos e afro-descendentes por todo o Brasil colonial, com menos representatividade, é claro, no Brasil meridional, de forte presença indígena, sobretudo guarani, e a partir do século XIX, de forte presença branca, pela emigração de europeus, e, evidentemente, o Brasil amazônico, até hoje marcadamente indígena, mas também, em ambas as áreas, estiveram presentes o escravo africano e seus descendentes.

Referirei, brevemente, aos indícios mencionados, desenvolvidos por mim em trabalho do ano passado (1998). Costuma-se ver os africanos e seus descendentes nas grandes frentes de exploração econômico-mercantil colonial. Contudo eles desempenharam múltiplos e pequenos, mas essenciais, papéis no interior das famílias dos colonizadores, com atividades externas indispensáveis, tanto nos núcleos urbanos em formação como no mundo rural da colônia, como analisa Mary Karasch, especialista no assunto (cf. Nizza da Silva [org.], 1994: s. v. *Escravidão africana*).

Outro indício encontrado e que desenvolvo no texto antes referido, trata-se dos negros escravos em busca da liberdade, nos chamados *espaços ilegítimos* da escravidão. Despertou-me para isso a coletânea de 1996, organizada pelos historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes – *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, que mostra o interesse lingüístico para uma outra face propícia à difusão do português geral brasileiro.

Os avanços dos estudos históricos afro-brasileiros vêm revelando que, ao longo do período escravista, a resistência à escravidão foi constante e se agudiza no século XIX, com as conhecidas revoltas e rebeliões negras. A configuração social

desse *espaços ilegítimos* – os quilombos – e a sua difusão pelo Brasil indicam o seu significativo interesse para a história lingüística do Brasil e para a formação do *português geral brasileiro*.

Embora os estudos da coletânea referida não falem da “língua” dos quilombos, pode-se conjecturar, em termos lingüísticos, que, nessas situações sociais, muito mais numerosas do que antes estava estabelecido, se encontram múltiplas falas correntes no Brasil: africanas, indígenas, português africanizado, português indígena, até o português europeu, já que acoitavam fugitivos. Teriam sido eles laboratórios de um *português geral brasileiro*, necessário à articulação desses *espaços ilegítimos* com a *sociedade legítima*, a do segmento escravo, mas não só, externa a esses *espaços ilegítimos*, como fica claro na leitura de alguns dos dezoito estudos da coletânea.

A consabida presença maciça dos africanos e seus descendentes nas grandes frentes de colonização da economia colonial; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana, destacados por Mary Karasch; o significado social e lingüístico dos chamados *espaços ilegítimos* da escravidão, foco da coletânea de J. J. Reis e F. S. Gomes; e, acrescento ainda, o fato, assinalado por Dante Lucchesi (1999), que é o dos sucessivos deslocamentos de escravos do nordeste para o centro e para o sudeste, acompanhando a história econômica brasileira – das plantações de açúcar, para a mineração, daí para as emergentes plantações de café, e, acrescentaria também, posteriormente, o deslocamento dos descendentes mestiços, ou não, portadores do *português geral brasileiro*, do nordeste para a Amazônia, são fatos históricos que, no meu modo de ver, embasam o ponto de vista interpretativo de que é esse numeroso segmento da população brasileira o principal agente da difusão do português brasileiro, na sua face majoritária, a *popular* ou *vernácula*.

Os fatos histórico-lingüísticos do passado que apresentei e busquei interpretar indicam em que se enraíza a heterogeneidade polarizada que os sociolinguistas de hoje vêm demonstrando e por que, nas salas de aula de português, ocorre uma espécie de diglossia, definida por Mary Kato, antes referida, em que as regras do padrão a serem ensinadas sejam adquiridas, quando o são, sobretudo se os estudantes e professores provêm das chamadas classes populares, como se se tratasse de uma “gramática” de língua estrangeira.

A questão que subjaz e que discutirei, sinteticamente, para finalizar, é a da razão da persistência hoje dessa situação sociolinguística que se enraíza na clivagem sócio-histórica do passado. Reforça-se tal situação pela história da escolarização no Brasil que, a meu ver, é um fator essencial para clarear a heterogeneidade e polarização sincrônicas em *normas cultas* e *normas vernáculas* ou *português brasileiro culto* e *português brasileiro popular*. Se tivesse sido outra a história da escolarização, talvez se configurasse hoje de outra forma o português brasileiro.

Segundo Antônio Houaiss, não ultrapassariam 0.5% os letrados brasileiros até os inícios do século XIX (1985: 137). O historiador Boris Fausto, com base no

primeiro recenseamento geral do Brasil de 1872, diz que então teria o Brasil uma população de 4.600.000 hab, e apresenta os significativos dados sobre escolarização e sua interpretação, que externam a clivagem sociolinguística caracterizada neste texto:

Entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre, aproximadamente, 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres... Apurou-se ainda que somente 16,8% da população entre seis e quinze anos frequentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegavam a 8.000 o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar (1994: 237)

Se o *abismo*, a que se refere o historiador, era esse em 1872, mais profundo terá sido no período de três séculos coloniais, já que ao iniciar-se o século XIX, segundo Houaiss, o percentual de letrados seria 0,5%. Seriam esses letrados, infima minoria, os mais prováveis usuários do antecedente histórico do que veio a designar-se *português culto*, lusitanizante, do passado. Portanto os “todos que puderam adquirir uma cultura letrada”, na concepção de Serafim da Silva Neto, construíram uma porção mínima da população brasileira colonial e pós-colonial.

Segundo dados históricos utilizados recentemente por Ilza Ribeiro em *A origem do português culto – A escolarização* (1999), verifica-se, segundo a fonte referida pela autora, a situação do analfabetismo no Brasil entre 1890 e 1920:

especificação	1890	1900	1920
total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Tabela 3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*, ano II, 1936: 43 (apud I. RIBEIRO, 1999)

Alcançou-se a segunda década do século XX com 75% de analfabetos e com uma população de 25% que “sabia ler e escrever”. Não se pode avaliar, a rigor, o que seria então “saber ler e escrever”; de todo modo, numa hipótese otimista, poder-se-ia admitir que, dentre esses 25%, estariam os potenciais usuários do *português brasileiro culto*.

Dando um salto de setenta anos, recorro o seguinte trecho de um *Relatório Técnico* do Ministério da Educação de 1990, sobre a população escolar no Brasil: “O sistema educacional cresceu, mas não educa. No 1º. grau, somente 38% concluem a 1ª. série. Menos de 20% chegam ao segundo grau, apenas 17% o concluem. 10% alcançam a universidade” (cf. *A Tarde*, 27.03.1990).

Se admitirmos como letrados os que concluem o 1º. grau, tem-se menos de 20%, entre os que têm a possibilidade de se inscrever no sistema escolar, no início

desta década. Contudo, conscientes hoje estamos da qualidade da escola e da precária formação dos professores. Verifique-se, por exemplo, dados oficiais de 1994 da Secretaria de Planejamento do Governo Federal que informa que, para o geral do Brasil, há 40% de professores de 1.º e 2.º. graus com formação de 3.º. grau; 49% só com o 2.º. grau e os outros 11% com formação completa ou incompleta de 1.º. grau. Se são consideradas regiões mais pobres do Brasil, como o Nordeste, segundo esses dados, só apenas 16% dos professores de 1.º e 2.º. graus têm formação de 3.º. grau (Weiselfiss, 1994). Admitindo-se que o 3.º. grau – hipótese também otimista – oferece uma formação adequada para o ensino de 1.º e 2.º. graus –, vê-se, por esses percentuais, quão precária qualitativamente é a escolarização no Brasil, a par da “política da quantidade”, antes referida neste texto.

Essa questão preocupa hoje o Ministério da Educação. Informe recente do Ministério, veiculado no jornal *A Tarde* de 26 de julho deste ano, diz que dos 788.900 docentes da 1.ª à 4.ª. série, 94.900 (12%) não completaram o 2.º. grau. A maioria se concentrando em escolas rurais. Do total, 44.300 (46,6%) não completaram nem sequer o ensino fundamental (antigo 1.º. grau, 1.ª à 5.ª. série) e são professores da 1.ª à 4.ª. série. A solução legal que a notícia veicula é a de que, pela lei que regulamentou o *Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério* (FUNDEF), até o ano de 2001 todos os professores tenham habilitação correta, isto é, ensino médio completo para professores até a 4.ª. série e ensino superior para os que lecionam a partir da 4.ª. série. Como se cumprirá essa lei, é esperar para ver!

Sem dúvida o ensino escolar cresceu quantitativamente, muitos já se sentam nos bancos das escolas, mas esse sistema não qualificou, por razões sociopolíticas evidentes, os seus docentes, as suas escolas. O diagnóstico de Wanderley Geraldi (1991), para a década de setenta deste século, antes referido, se aplica ao fim do século XX. Chega-se aos 500 anos do Brasil com a exigência legal mínima, a ser cumprida, de que a formação superior só será necessária para os docentes a partir de 5.ª. série; para as séries fundamentais, as formativas, exige-se dos docentes apenas a formação média.

Considerando a questão aqui focalizada, não poderei deixar de concluir que não está a escola brasileira, na sua maioria, preparada, no que se refere ao ensino do português no Brasil, para treinar os seus estudantes segundo o padrão linguístico idealizado, que começa a ser preconizado e estabelecido no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX e reforçado nos meados deste século (cf. Pagotto, 1999), inevitavelmente flexibilizado nos dias que correm, não só por causa da qualidade das escolas e da qualificação dos professores, mas porque os chamados usos populares já atingem os usos cultos, como vêm demonstrando as pesquisas sistemáticas dos estudos sociolinguísticos sobre o português brasileiro.

Com esses fatos históricos recentes sobre escolarização, pode-se ter uma breve, mas, a meu ver, clara idéia de que a clivagem, sócio-histórica e linguística, que busquei mostrar e interpretar, com referência ao passado linguístico do Brasil,

se projeta e perdura no presente, permitindo, segundo o meu ponto de vista, uma compreensão histórica do português brasileiro da atualidade, na sua complexa heterogeneidade e polarização social.

4 Breve epílogo como conclusão

Na companhia de muitos que já refletiram e interpretaram o português brasileiro numa perspectiva histórica e de outros que estudaram a história da nossa sociedade; em estudos linguísticos recentes sobre a configuração complexa do português brasileiro de hoje e, ainda, na companhia dos colegas do *Programa para a história do português brasileiro (PROHPOR)*, do setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA; e dos que, desde 1997, se reúnem no *Projeto nacional Para a história do português brasileiro*, procurei articular fatos e dados do passado e do presente para construir uma compreensão histórica da língua que usamos. Como qualquer interpretação, esta será passível de críticas, revisões, complementações, recusas.

Contudo, gostaria de afirmar algo aflorado em mim em 1959, quando, aluna na graduação do Mestre Nelson Rossi, tive a oportunidade de ler Antoine Meillet, dos grandes linguistas historicistas do começo deste século, no seu *Esquisse d'une histoire de la langue latine* que, em mim, despertou a convicção, ao esboçar ele a história da língua latina, de que a história de uma língua se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua. Diz Antoine Meillet:

A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina (1928: 5, minha tradução)

Mutatis mutandis, a diferença entre o português europeu e o português brasileiro e a diferença no interior do português brasileiro confirmam a proposição acima e ilustram como são sensíveis a fatores contingentes a história das línguas, como defendem Roger Lass e também David Lightfoot, comentados no início deste texto, especialistas de hoje em Linguística histórico-diacrônica.

Referências bibliográficas:

- BAXTER, Alan (1998). O português vernáculo. Morfossintaxe. In: PERL, M. e SCHWEGLER, A. (eds.). *América negra. Panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Berlim: Verwoert/Iberoamericana, p. 97-137.
- BAXTER, Alan e LUCCHESI, Dante (1996). Um passo a más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). *Comunicação ao 2.º. Colóquio Internacional de línguas criollas de base espanhola y portuguesa*. Berlim (mimeo).
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante e GUIMARÃES, Maximiliano (1997). Gender agreement as a 'decolonization' feature of an afro-brazilian dialect. *Journal of pidgin and creole languages*, 12(1): 1-57.
- CARDIM, Fernão (1997[1580-1590]) *Tratados da terra e gente do Brasil*. Transcrição, introdução e notas de Ana Maria Azevedo. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses.
- CASTILHO, Aталiba de (org.) (1998). *Para a história do português brasileiro. Primeiras idéias*, v. 1. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

- CASTRO, Ivo (1996). Para uma história do português clássico. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS, actas, v. 2. Lisboa: Colibri/APL, p. 135-50.
- CORREA, Wilma Reche (1993). O objeto nulo: como se aprende a preencher no português do Brasil (mimeo).
- COSERIU, Eugenio (1979). *Sincronia, diacronia e história. O problema de mudança lingüística*. Rio: Presença.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1987). Em torno do conceito de Brasilismo. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIII (Homenagem a Paul Teyssier): 3-29.
- ELIA, Silvio (1994). Portugiesisch: Brasilianisch (O português do Brasil). In: HOLTUS, G.; METZELIN, M. e SCHMITT, C. (orgs.) *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, v. 6, 2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 559-75.
- FAUSTO, Boris (1994) *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FIDE.
- GERALDI, Wanderlei (1991). *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, Mércio (1993). O futuro dos índios. *Carta*, 9: 61-74.
- HOUAISS, Antônio (1985). *O português do Brasil*. Rio: UNIBRADE/UNESCO.
- KARASCH, Mary (1994). Escravidão africana. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (org.), p. 298-303.
- KATO, Mary (1993). Apresentação - "Como, o que e por que escavar?" In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro*, p. 13-27.
- KATO, Mary (1996). Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS, actas, v. 2. Lisboa: Colibri/APL, p. 209-29.
- KROCH, Anthony e TAYLOR, Ann (1994). English verb second constraint: case study in language contact and language change (mimeo).
- LASS, Roger (1980). *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LASS, Roger (1997). *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIGHTFOOT, David (1993). Uma ciência da História? *D.E.L.T.A.*, 9(2): 275-94.
- LIGHTFOOT, David (1999). *The development of language. Acquisition, change and evolution*. Massachusetts: Blackwell.
- LOBO, Tânia (1996). A formação sócio-histórica do português brasileiro. O estado da questão. *Comunicação ao XI Congresso da ALFAL*. Gran Canaria (mimeo).
- LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 12, p. 17-28.
- LUCCHESI, Dante (1999). *Tendências de mudança no português do Brasil rumo ao 'ponto impróprio'* (a sair na Revista *D.E.L.T.A.*).
- LUCCHESI, Dante e BAXTER, Alan (1997). A relevância dos processos de pigmização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19, p. 65-84.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1985). Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexões sobre a língua portuguesa e seu ensino. CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO; actas, v. 2. Lisboa: IN-CM, p. 360-75.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993). Português brasileiro - raízes e trajetória. Para a construção de uma história. *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, 3, p. 75-91.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1995). *Contradições no ensino do português. A língua que se fala x a língua em que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil. Em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos*, v. 2 (no prelo). *Comunicação ao II Seminário para a história do português brasileiro*. Campos do Jordão.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1999). A propósito das origens do português brasileiro. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN; anais, 2. Florianópolis, (no prelo) *Comunicação em Mesa-Redonda*.
- MONTEIRO, John Manuel (1995). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MUSSA, Alberto Baeta Neves (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio: UFRJ. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha (1993). Sobre as origens do português popular brasileiro. *D.E.L.T.A.* (n.º especial): 437-455.

- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha (1999). Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN; anais, 2. Florianópolis, (no prelo). *Comunicação em Mesa Redonda*.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.) (1994). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- PAGOTTO, Emílio (1999). Norma e condescendência. Ciência e pureza. *Comunicação ao III Seminário para a história do português brasileiro*. UNICAMP. In: ALKMIN, T. (org.) *Para a história do português brasileiro*, v. 3, (em preparação).
- REIS, João José e GOMES, Flávio (orgs.) (1996). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1986). *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1993). Línguas indígenas. 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, 9(1), p. 82-104.
- RODRIGUES, José Honório (1985). A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. In: RODRIGUES, J. H. (org.) *História nova*. São Paulo: Global Universitária, p. 11-48.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Ilza (1998). A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, A. (org.) *Para a história do português brasileiro*, p. 101-20.
- RIBEIRO, Ilza (1999). A origem do português culto. A escolarização. *Comunicação em Encontro da UNIFACS*. Salvador (mimeo).
- ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.) (1993). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: EDUNICAMP.
- SCHWARTZ, Stuart (1994). Engenhos. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (org.) *Dicionário*, p. 287-9.
- SILVA NETO, Serafim da (1986 [1950]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5ed. Rio: Presença.
- SILVA NETO, Serafim da (1960). *A língua portuguesa no Brasil*. Problemas. Rio: Acadêmica.
- SOUZA, Gabriel Soares de (1989 [1587]). *Noícia do Brasil*. Edição e comentários de Luis de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa.
- TARALLO, Fernando (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro*, p. 36-8.
- TARALLO, Fernando (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira. O português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro*, p. 69-106.
- TAYLOR, Gerald (1988). Aparentamentos sobre o neengatu falado no Rio Negro. *Ameríndia*, 10, p. 5-24.
- TEYSSEIER, Paul (1982 [1980]) *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Mervin (1968). *Empirical foundations for a theory of language change*. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 1-99.
- WEISELFISS, J. (org.) (1994). *Projeto ARIDAS: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. GT/III - Desenvolvimento humano e social III. 1. Educação (Relatório - versão preliminar). Brasília: SEPLAN.